

Percepções da Crise

Sumário

Se o mundo de hoje está complexo, o Brasil está ainda mais. Dados subjetivos em escala global trazem luzes sobre valores e particularidades da situação brasileira em curso. Esta pesquisa compara a evolução da percepção dos brasileiros com a de 124 países em alguns dos temas mais sensíveis do contexto atual: medo da violência, descrença no sistema político e falta de confiança estatal. Estes dados colocam o Brasil como o penúltimo pior em cada um desses quesitos entre todos os países pesquisados em 2017 (pior ano da série brasileira). Senão vejamos: 68% se sentem inseguros em andar a noite na área de moradia; só 14% acreditam na honestidade das eleições e 82% não confiam no Governo Federal. Estes números ajudam a entender a prioridade atribuída a segurança, a descrença na transparência do processo eleitoral e ao desarranjo do Estado no momento político brasileiro atual.

A renovação dos quadros políticos tradicionais manifestada no primeiro turno da eleição de 2018 pode ser compreendida a partir da taxa de desaprovação da liderança política brasileira de 86%. Não foi apenas a maior desaprovação do planeta no último ano, como também a mais alta da série histórica analisada em mais de 733 casos (leia-se número de países vezes anos pesquisados). Ou seja, um recorde nas séries mundiais no curso da presente década.

Os extremos assumidos pelas percepções dos brasileiros captadas numa extensa lista de países, incluindo os mais violentos, os mais pobres e etc., sugere situação psicossocial crítica. Por sua vez, a trajetória das séries subjetivas da presente década nos leva a estudar as causas objetivas e subjetivas das manifestações de 2013, um dos principais marcos da sociedade brasileira nas últimas décadas.

Afim de entender as percepções, as manifestações de rua e a natureza dos desafios à frente, é preciso ter uma visão de prazo mais longo sobre os principais avanços e percalços sociais e econômicos brasileiros. Tomando como pano de fundo indicadores objetivos em escala mundial empreendemos análise da trajetória social brasileira dos últimos 30 anos, que corresponde ao período pós-Constituição de 1988. Evidenciamos avanços relativos não só na distribuição de renda, como na educação e na expectativa de vida brasileiras. Simultaneamente, não fomos capazes de avançar em limitadores de performance econômica como a produtividade do trabalho e o equilíbrio fiscal. Tudo se passa como se neste período o social tenha avançado sem fundamentação econômica plena. Este descompasso seria indicativo da necessidade de reformas estruturais que alinhem os dois lados da equação socioeconômica, e permitam ao fim atender as aspirações brasileiras.

Percepções da Crise

Marcelo Neri¹

1. Introdução

Este texto começa descrevendo a evolução social brasileira no período 1988 a 2018, tomando como pano de fundo indicadores em escala global. Evidenciamos avanços relativos na distribuição de renda, na pobreza, na expectativa de vida e na educação brasileiras. Simultaneamente, observamos limitadores de performance econômica captados na estagnação da produtividade do trabalho e na expansão insustentável dos gastos fiscais. Estes elementos seriam indicativos da necessidade de reformas estruturais no país. A performance social acima da econômica contrasta com o ocorrido no meio século anterior a 1980. Diferenças que sugerem, lado a lado, maior necessidade de coesão dos debates para o aprimoramento do nosso contrato social. Posteriormente, detalhamos a cronologia dos principais marcos de mudanças da sociedade brasileira nos períodos imediatamente antes e depois da Constituição. Sobressaem diversos avanços, posteriormente colocados em xeque pelas manifestações de 2013, cujas motivações são aqui detalhadas a partir de pesquisa de campo.

O texto se divide em introdução, conclusão e quatro seções intermediárias. A segunda seção traça uma reflexão a posteriori sobre a evolução social brasileira vis-à-vis os principais desafios econômicos que se colocam no país hoje. A terceira seção descreve a cronologia dos grandes marcos da sociedade brasileira nas décadas antes e depois da promulgação da Constituição Brasileira, definindo a redemocratização do país como sua principal causa, e a estabilização da inflação e a redução da desigualdade de renda como seus principais desafios. As duas seções seguintes se debruçam sobre as evidências empíricas do final de um ciclo inaugurado pela Constituição a partir das manifestações de 2013. Na quarta seção, a principal do trabalho, situamos as mudanças de percepções dos brasileiros sobre as instituições em relação as percepções de mais de 120 países. Na quinta seção detalhamos as motivações subjetivas e fatores objetivos relativas as manifestações de 2013. As conclusões são deixadas para a última seção.

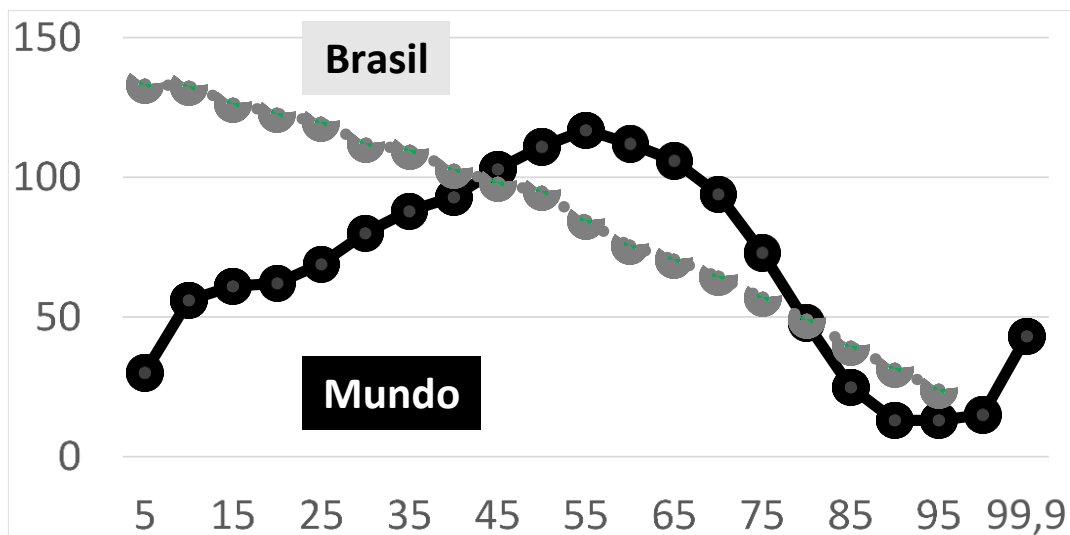
¹ Diretor do FGV Social/CPS. Professor da EPGE da Fundação Getulio Vargas. marcelo.neri@fgv.br

2. Evolução Pós Constituição

Esta seção traça um paralelo entre o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e o mundial no período após a promulgação da Constituição de 1988. Lançamos mão de indicadores internacionais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a meta de pobreza dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs), além de mudanças da distribuição de renda, da produtividade e dos gastos fiscais. Identificamos as principais mudanças sociais e econômicas do período e alguns dos principais desafios atuais.

Distribuição de Renda - A Figura 1 plota o crescimento acumulado real da renda per capita mundial e a brasileira. No caso global, usamos o famoso gráfico de formato de elefante de Milanovic (2016) que caracteriza a mudança de distribuição de renda no período após a queda do muro de Berlim. Há três pontos focais na linha global. O topo se refere a mediana que capta a ascensão da nova classe média chinesa. No percentil 90 a 99%, observamos a menor prosperidade acumulada referente à estagnação da chamada classe média tradicional de países desenvolvidos como EUA e Europa. Este trecho nos permite inferir possíveis causas de movimentos como Brexit e a eleição de Donald Trump em 2016. Finalmente, o topo da distribuição capta o aumento das rendas mais altas destes mesmos países tal como captado na obra de Piketty (2014).

Figura 1 - Crescimento Real da Renda 1988–2011 % ao longo da distribuição por vintis de renda domiciliar per capita

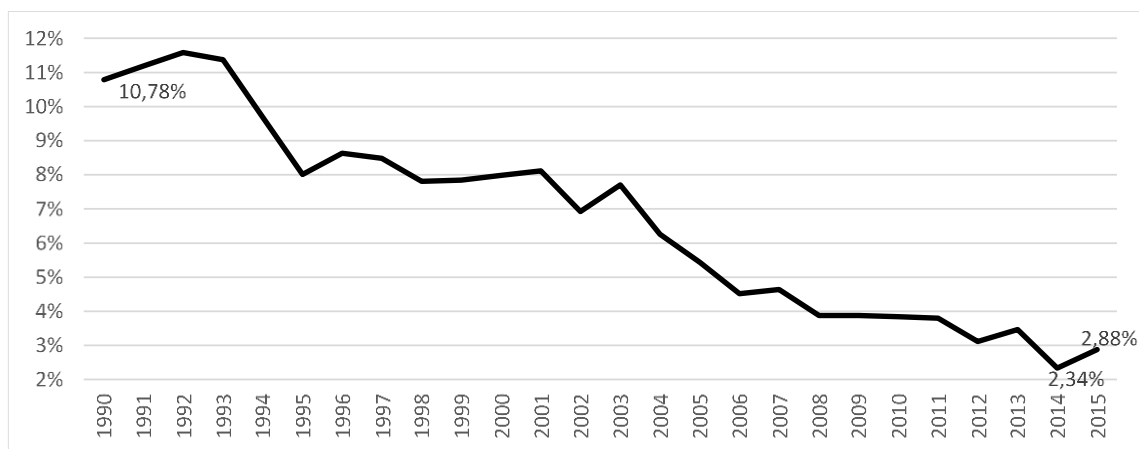


Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNAD/IBGE e Milanovic (2016)

Este período retratado corresponde, no caso brasileiro, aos 22 anos seguintes à promulgação da Constituição de 1988. A linha brasileira neste período tem uma trajetória mais simples, apresentando uma taxa de crescimento acumulada que cai monotonicamente à medida que caminhamos da base para o topo da distribuição (Kakwani e Neri 2010). Nos 5% mais pobres, o crescimento foi cerca de cinco vezes mais rápido que nos 5% mais ricos (133% e 24%, respectivamente).

Pobreza – Em função desta mudança na distribuição de renda, houve forte redução da pobreza neste período. Olhamos, em particular, o período que transcorre durante a vigência dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) da ONU. A primeira e principal meta dos ODMs é a redução em 50% da pobreza entre 1990 a 2015. A pobreza caiu no Brasil de 36,6% para 10% da população, uma queda de 72,7%, superando com folga a meta pré-fixada². O percentual de extremamente pobres no Brasil caiu de 11% para pouco mais de 2% em um período de 25 anos [gráfico 2]. Em especial, chamo a atenção para o período de 2001 para frente em que há um padrão latino-americano de forte redução da desigualdade e da pobreza.

Gráfico 2: **Extrema Pobreza - Proporção Abaixo de 1,25 US\$ por Dia PPP – ODM1**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNAD/IBGE. Nota 1: Série harmonizada antes de 2004 não inclui o Norte Rural; 1994,2000 e 2010 foram feitas interpolações

² A extrema pobreza das metas da ONU cai no Brasil 73,29% entre 1990 e 2015. No período imediatamente anterior - entre 1977 e 1990 - a extrema pobreza e a pobreza brasileira aumentaram 17,4% e 3,37%, respectivamente. A linha de extrema pobreza internacional é R\$ 90,7 e a de pobreza é de R\$ 223 por pessoa a preços de março de 2017, sendo a última uma média ponderada nacional ajustada por diferenças regionais de custo de vida.

O desempenho global foi de queda de extrema pobreza de 70,2% neste mesmo interim. Vale notar que esta redução de pobreza global não encontra paralelo na História estatisticamente documentada da humanidade. Ela é fruto da combinação dos milagres chinês com o indiano, nações que abrigavam antes metade da população pobre do mundo (Deaton 2013).

No período de 1990 a 2015, tivemos sempre eleições diretas para presidente no Brasil e, a partir de 1994, atingimos a estabilidade dos preços, o que não é pouco para uma nação que foi recordista mundial de inflação entre 1970 e 1995. A abertura da redução da pobreza entre 1990 e 2015 revela uma distribuição quase meio a meio entre componentes de crescimento e de redução da desigualdade. Ou seja, é um período excepcional em termos históricos, resultante da harmoniosa combinação dos vetores prosperidade e igualdade, com estabilidade e sensibilidade.

Desenvolvimento - Atualmente, há uma percepção aparentemente generalizada de que o Brasil não avançou muito nos últimos anos. A recessão e o desemprego seriam sinais de que os ganhos sociais ocorreram de modo insustentável, com avanços só na parte da renda. Porém, os dados mostram que o Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro subiu 0,85% ao ano, resultado acima da média global de 0,74% ao ano. Se pegarmos o mapa de desenvolvimento humano, no mundo, observamos que o Brasil tinha níveis médios africanos 25 anos atrás. Houve, portanto, transformação social profunda. Em 1991, cerca de 85% dos municípios brasileiros possuíam IDH muito baixo. Em 2010, esta estatística passa a 0,6%.

O problema é que tivemos a agenda social desconectada da agenda econômica. O social foi bem, mas não tivemos a responsabilidade econômica de fazer a reforma da previdência e de atuar sobre a produtividade. Os gastos públicos federais como proporção do PIB no Brasil subiram de 10,8% em 1991 para 19,7% em 2016.

Previdência - Em 1980 a expectativa de vida era 62,5 anos e em 2016 passa a 75,8 anos. Ou seja, a cada três anos do calendário a expectativa de vida avançou pouco mais de um ano. A fecundidade também caiu de forma contundente. A expectativa de vida aumentou, mas não fizemos a reforma da previdência. Gastamos 13% do PIB com previdência e o Japão, a nação mais longeva do mundo, gasta 10%, embora tenha uma população com mais de 65 anos 350% maior que a nossa. O agravante é que vamos multiplicar por cinco

nossa população de idosos nos próximos 50 anos. O mesmo problema ocorre em escala estadual. É sintomático que as duas unidades da federação com maior proporção de idosos são aquelas com maiores problemas fiscais como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Educação - A educação avançou com baixa qualidade, apesar das conquistas quantitativas. Aumentamos o acesso à escola de forma positiva. Em 1990, tínhamos 16% das crianças de sete a 14 anos fora da escola. Hoje, temos menos de 2%. Aumentou a escolaridade, mas a produtividade não. Em 1980, a produtividade do Brasil era igual à da Coreia. Hoje temos um terço da produtividade coreana por vários fatores: escolaridade, falta de conexão da educação com a economia, ambiente de negócios, carência de engenheiros, entre outros. O Brasil seguiu uma agenda de educação pela cidadania que tem seus méritos, mas pouco enfoca a produtividade.

Complementando, houve não só um crescimento da remuneração do trabalho acima da produtividade do trabalho na média em pelo menos parte do período (Neri 2014), como em termos microeconômicos desagregados o maior ganho de salários ocorrido na base da distribuição do setor formal não foi acompanhado de melhora dos fundamentos da produtividade (Alvarez et al 2017). Em suma, a agenda social manifestada na transformação da trilogia dos componentes do IDH está em larga medida desconectada da econômica.

Política Produtiva? - Quando falamos de economia, falamos de vários setores. A indústria tem problemas de produtividade. Na agricultura, somos a fazenda do mundo, na medida em que conseguimos ter vários avanços importantes, tanto na agricultura quanto na atividade extrativa mineral. Como exemplo desses avanços, temos a Petrobras, a exploração do pré-sal e a Embrapa. Assim, o Brasil tem essa vocação primária e a produtividade desse setor cresce. Por outro lado, o setor de serviços é o que mais emprega no Brasil e é, além disso, responsável por cerca de 70% do PIB, no entanto, sua produtividade está estagnada a níveis baixíssimos com crescimento ínfimo nas últimas décadas. Apesar da clara relevância de serviços para a economia nacional, costumamos falar apenas de necessidade de política industrial e de política agrícola, mas não se fala muito em agenda de produtividade para o setor de serviços. No fundo, estamos mexendo o rabo do cachorro e não o cachorro.

O Brasil tinha, até pouco tempo, um gasto em Pesquisa e Desenvolvimento invejável, quase igual ao da Espanha. Só que não é efetivo. Não temos o dinheiro que têm os países ricos, mesmo como proporção do PIB, mas para países do nosso nível econômico a gente gasta relativamente bastante. Só que falta conexão com a prática econômica. Aumentamos a produção acadêmica, mas não o número de patentes.

O maior desafio do Brasil hoje é reconectar a agenda social à econômica, e dar continuidade às reformas. As duas grandes questões econômicas do país são produtividade e ajuste fiscal, que precisam ser encaminhadas. Está faltando uma responsabilidade econômica básica para transformar os avanços sociais em uma tendência duradoura.

3. A Cronologia das Transformações Brasileiras

Nas três décadas após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil deu saltos enquanto sociedade. Embora sejam, em boa parte, denominadas por muitos economistas como décadas perdidas. Senão vejamos: As décadas de 60 e 70 foram do crescimento, apelidado de milagre econômico brasileiro, durante a ditadura militar iniciada em 1964. A repressão militar foi intensificada no final de 1968, quando os países mais desenvolvidos viviam efervescência de novas liberdades de costumes. Não por coincidência, quando o crescimento começou a escassear em função do primeiro choque do petróleo, observamos o começo da distensão política no país, sacramentada com a vitória eleitoral da oposição em 1974. O biênio 1978-79 foi marcado por greves internas e pelos efeitos do segundo choque do Petróleo, intensificando os efeitos do primeiro choque ocorrido alguns anos antes. O processo culmina nos anos 80, a década da redemocratização, cujo ápice foi o movimento “Diretas Já” de 1984. Terminamos os anos 1980 com a nova Constituição Federal e eleição direta para presidente, a primeira em 25 anos. O ano de 1989 estabeleceu os nossos recordes históricos de desigualdade e inflação que marcariam a agenda das décadas seguintes. Os anos 90 podem ser chamados de década da estabilização, após o advento do Plano Real em 1994. Já os anos 2000 podem ser chamados de década da queda da desigualdade de renda, já a partir de 2001. Em 2004, a redução de desigualdade vem acompanhada da volta do crescimento da economia e da aceleração de novos empregos com carteira assinada. Ou seja, obtivemos conquistas em dois de nossos históricos problemas coletivos crônicos: desigualdade e informalidade. Ao mesmo tempo consolidamos as frentes da redemocratização e da estabilidade econômica.

Depois das turbulências financeiras associadas ao pleito de 2002, a estabilização das expectativas funcionou como uma espécie de segundo Plano Real. A criança que passou a ir à escola nos anos 90 consegue um emprego com carteira nos anos 2000 e passa a ter acesso a transferências oficiais de renda de uma moeda estável com a manutenção da estabilidade inflacionária.

Há uma mudança estrutural na relação da democracia e a distribuição de renda ocorrida em 2002 proporcionada pela universalização da urna eletrônica. Fujiwara (2014) mostra com implicações causais que a proporção de votos válidos em relação aos votos registrados sobe mais de 10 pontos de porcentagem. O ganho é maior entre aqueles com menor nível de escolaridade. O argumento é que os votos em papel dos analfabetos eram mais facilmente anulados por conta de erros e/ou rasuras, assim, o voto eletrônico seria mais amigável aos menos escolarizados. Pelas estimativas do autor esta maior representatividade dos mais pobres gerou um ganho de saúde pública de 34% nos oito anos seguintes³.

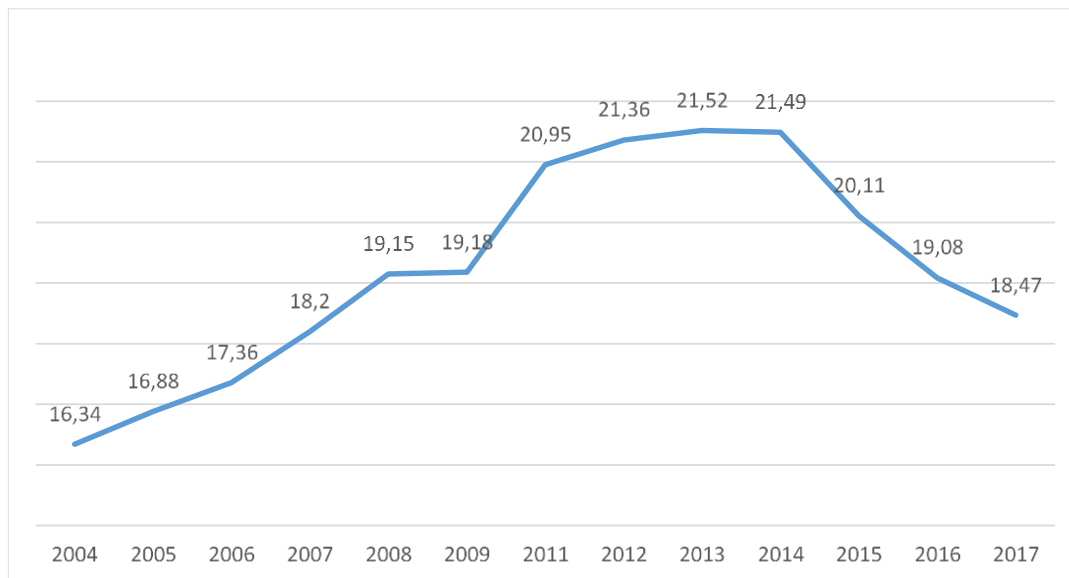
Coincidentemente, os pontos de transição de cada década estavam em anos terminados em “4”: o Golpe de 1964, a distensão política a partir de 1974, o Diretas Já de 1984, o Plano Real de 1994 e a queda da desigualdade com formalização desde 2004, mesmo com a crise internacional de 2008, prosseguindo a expansão social até o 2014. Por exemplo, em outubro de 2014 encontramos os menores indicadores de desemprego e os maiores salários reais da série histórica. A volta do crescimento desde 2004 torna o processo redistributivo um jogo de somas positivas, no qual o ganho de maiores fatias do bolo dos mais pobres não implica em perdas absolutas dos mais ricos. Fica mais fácil pensar em prol da coletividade quando perdas não estão sendo repartidas. Todas estas conquistas coletivas pareciam consolidadas até as manifestações de 2013.

De lá para cá todas estas principais conquistas foram, uma a uma, colocadas em xeque: 1) O aumento da inflação que atingiu dois dígitos em 2015, posteriormente controlada por uma política monetária contracionista nos anos seguintes. 2) O forte aumento de desigualdade em 2015, que não foi documentado por força da mudança das principais pesquisas domiciliares brasileiras entre 2015 e 2016. Segundo nossos cálculos sobre a

³ A generalização do cadastramento da biometria introduzido nas eleições de 2018 pode gerar mudanças no perfil dos votos registrados não por força dos votos nulos mas por uma seletividade dos votos registrados a priori. Isto numa época em que a abstinência eleitoral tem aumentado.

PNADC trimestral houve um aumento do índice de Gini neste ano de cerca de 2 pontos o que não acontecia desde o recorde de desigualdade de 1989. Esta reversão e os debates recentes sugerem que a sociedade, ou pelo menos quem está no comando, está menos avesso à desigualdade. 3) houve marcada perda no percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (Gráfico 3), esta talvez o principal símbolo da nova classe média até então emergente (Neri 2011). O gráfico mostra que este processo de perda continua a partir do ápice de 2014⁴.

Gráfico 3 - Ascensão e Queda da Carteira de Trabalho (% da População)



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNAD e PNADC/IBGE

4) Finalmente, depois de 2013 há uma perda percebida pela população a respeito da qualidade de nossa democracia que podem ser confirmados com nosso processamento sobre o Gallup World Poll com dados de mais de 120 países. Comparações globais ajudam a entender as particularidades do quadro brasileiro atual. Dados sobre medo de violência, descrença na honestidade das eleições e de desconfiança no governo federal Agora a necessidade de renovação dos quadros políticos tradicionais recém manifestada no primeiro turno da eleição de 2018 pode ser melhor compreendida pela baixíssima aprovação da liderança política brasileira de 11%. Esta não foi só a pior do planeta no último ano, como é a segunda pior da série histórica analisada como mais de 733 casos.

⁴ Da Constituição até 2003 observamos aumento da informalidade trabalhista previdenciária (Neri 2003).

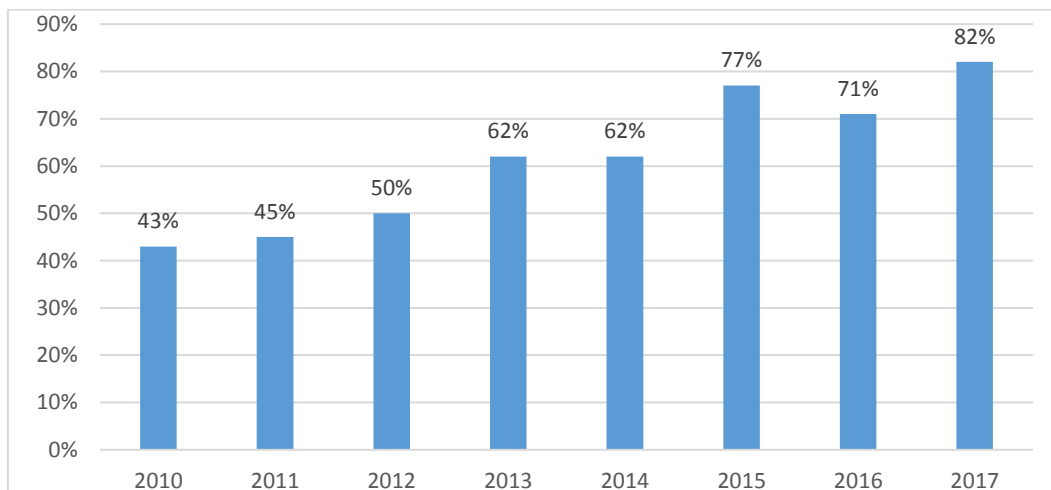
Ou seja, um recorde nas séries mundiais. Em todos os casos, 2013, se apresenta como um ponto de inflexão das séries conforme aprofundado nas duas seções seguintes.

4. Visão Global sobre as Mudanças de Percepções dos Brasileiros

Comparações globais ajudam a entender as particularidades do quadro brasileiro atual. Dados do Gallup World Poll para mais de 120 países permitem entender aspectos subjetivos do caso brasileiro, como abaixo:

Desconfiança Federal – Os dados relativos a desconfiança com o Governo Federal em termos do nível recorde atual e da inflexão para cima em 2013 quando a taxa de desconfiança sobe de 50% para 62%.

Gráfico 4 - Não Confia no Governo Federal - Brasil



Não Confia no Governo Federal

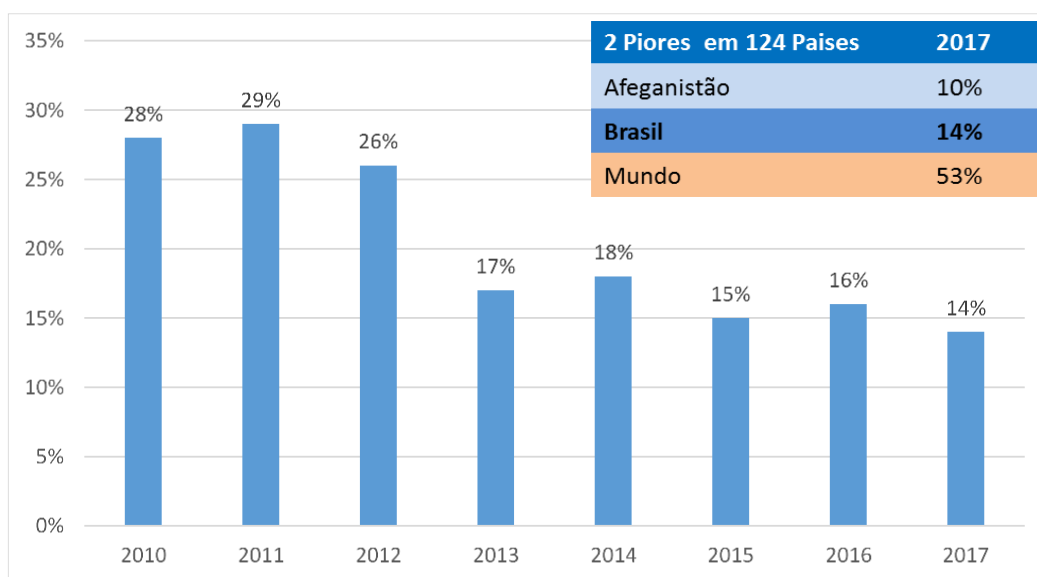
5 Piores em 124 Países	2017
Bósnia e Herzegovina	83%
Brasil	82%
Moldova	81%
Ucrânia	80%
Grécia	79%
Mundo	36%

Fonte: FGV Social a partir dos microdados do Gallup World Poll

CONFIAM NO GOVERNO				
Brasil	2011	2013	2015	2017
	50 %	33 %	20 %	17 %
Mundo	2011	2013	2015	2017
	51%	47 %	53 %	59 %

Eleições - Nossos levantamentos sobre os dados do Gallup World Poll mostram que a crença na honestidade das eleições em 2017 chegou ao menor ponto da série, atingindo 14%, a segunda menor do mundo, perdendo apenas para o Afeganistão. O grosso da deterioração ocorreu entre 2012 e 2013, caindo de 26% para 17%. Os dados partilham de características semelhantes com os dados de desconfiança do governo federal supracitados em termos do nível recorde em 2017 e da inflexão para cima em 2013.

Gráfico 4 - Honestidade das Eleições - Brasil

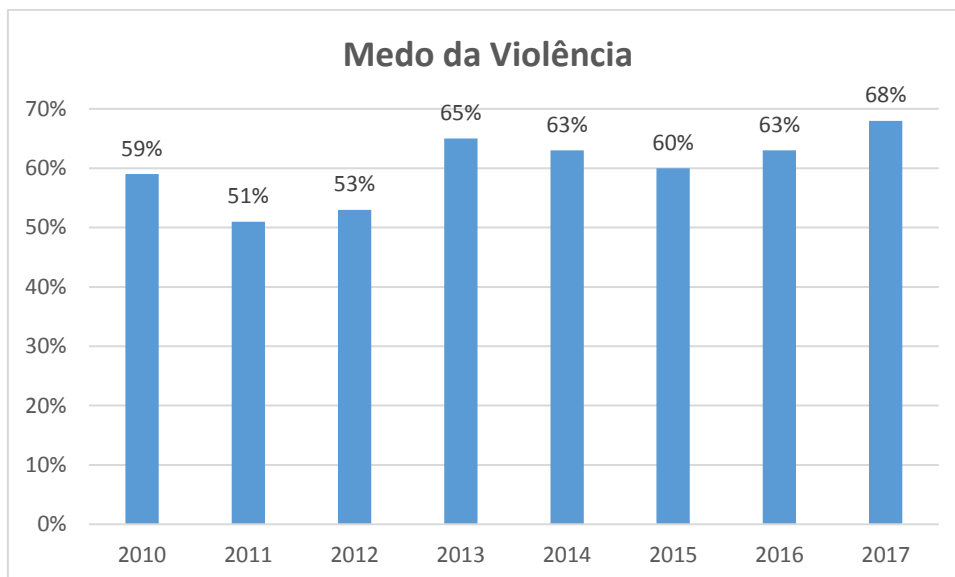


Fonte: FGV Social a partir dos microdados do Gallup World Poll

ACREDITAM QUE A ELEIÇÃO É HONESTA				
Brasil	2011	2013	2015	2017
	29 %	17 %	15 %	14 %
Mundo	2011	2013	2015	2017
	48 %	43 %	46 %	53 %

Medo de Violência – A pergunta neste quesito é se você se sente seguro em andar a noite na sua área de moradia. Embora o dado indicasse alta insegurança de 59% no início da série em 2010, houve um salto de insegurança entre 2012 (53%) e 2013 (65%). Em 2017 observamos o ponto mais alto da série. Este dado coloca o Brasil como o segundo com maior medo de violência em 2017. A taxa mundial é de 30%. O resultado coloca o Brasil com uma percepção sobre a violência igual à do sul-africano. O primeiro é o Afeganistão, com 79%. Curiosamente a pergunta relativa a ocorrência de roubo a familiar nos últimos 12 meses o índice coloca o Brasil em 49º pior do mundo. Ou seja, o componente psicológico parece desempenhar um papel no medo de violência.

Gráfico 6 - Você se sente seguro em andar a noite na sua vizinhança?



Medo de Violência – piores em 2017

Países	Tem Medo
Afeganistão	79%
Brasil	68%
Africa do Sul	68%
Mundo	30%

Fonte: FGV Social a partir dos microdados do Gallup World Poll

Mundialmente, as pessoas são mais medrosas em que mora em áreas urbanas. No Brasil, também. Em 2017, nos municípios maiores, 75% dos moradores sentem temor de andar sozinhos na rua escura. Já nas cidades menores, incluindo o campo, 61% têm essa

percepção. Em relação a gênero, mundialmente, mulheres (35%) sentem mais medo de andar sozinhas à noite na rua do que os homens (24%). No Brasil, esse índice dobra: 76% delas têm receio de caminhar à noite, ante 60% dos cidadãos do sexo masculino.

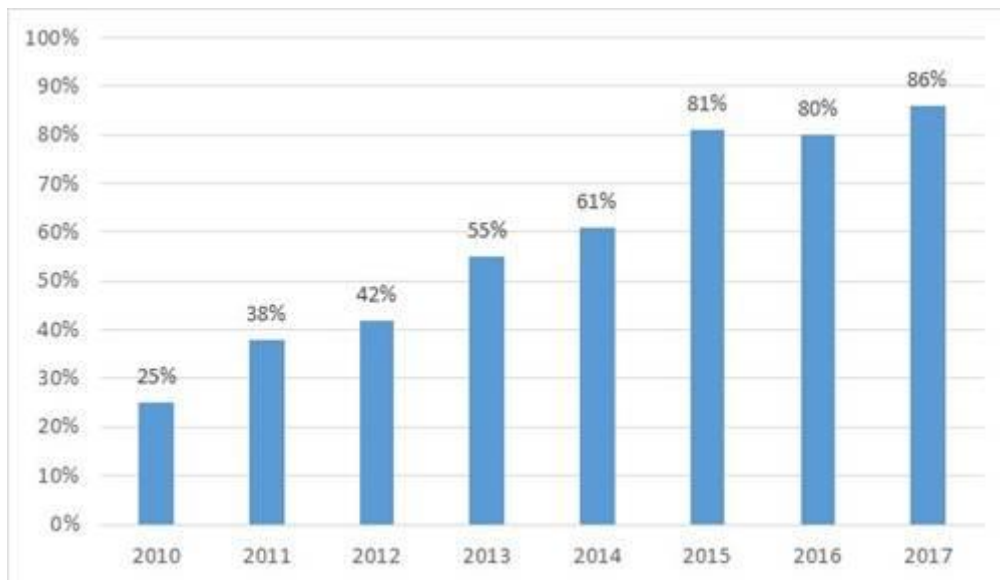
A pergunta objetiva se nos últimos 12 meses a pessoa teve dinheiro ou propriedade roubada (sua ou de algum familiar). No mundo, 13% responderam que sim. No Brasil, 15%. Quando comparadas as áreas urbanas e rurais, novamente as cidades maiores (18%) se sobressaem em relação às menores (11%). O problema do Brasil não é só a violência. Além da violência, as pessoas estão com muito medo. Há um componente psicológico.

SE SENTEM SEGUROS EM ANDAR NAS RUAS À NOITE				
Brasil	2011	2013	2015	2017
	48 %	34 %	40 %	31 %
Mundo	2011	2013	2015	2017
	67%	64%	64 %	68 %

2013: Ponto de Transição - Em todos os três casos analisados acima, os dados de 2017 são o pior ponto das séries, no entanto, o que parece mais relevante é a inflexão das séries a partir de 2013. Senão vejamos: Acredita na honestidade das eleições: 26% em 2012, 17% em 2013 e 14% em 2017; Não confia no Governo Federal 50% em 2012, 62% em 2013 e 82% em 2017; Tem medo de violência (Inseguro em andar a noite na área de moradia): 53% em 2012, 65% em 2013 e 68% em 2017. O leitor pode verificar este descolamento vis a vis o de outros países através dos mapas mundi dos diferentes quesitos expostos nos gráficos 10 a 12.

Desaprovação Liderança Já os dados de aprovação da liderança política do país são ainda mais contundentes. Atualmente se encontram na pior situação planetária em 2017, com 86% de desaprovação. Esta não foi só a maior desaprovação do planeta no último ano, como é a mais baixa da série histórica analisada com mais de 733 casos (leia-se número de países vezes anos pesquisados). Ou seja, um recorde nas séries mundiais no curso da presente década. O Brasil, em 2015 e 2016, também possuía níveis altos de desaprovação, com 81% e 80% respectivamente. Ambas situadas, além da de 2017, entre as 12 piores desta extensa série combinada de anos e países. Neste caso, no entanto, o salto da série ocorre apenas de 2014 para 2015.

Gráfico 7 - Desaprovação da Liderança Política do País



Desaprovação da liderança política do país – 10 piores em 2017	
Países	Desaprova
Brasil	86%
Bosnia and Herzegovina	85%
Greece	78%
Peru	77%
Colombia	75%
Ukraine	75%
Croatia	74%
Mexico	74%
Mongolia	74%
Moldova	73%
Mundo	38%

Fonte: FGV Social a partir dos microdados do Gallup World Poll

O mapa mundi no Gráfico 8 da desaprovação das lideranças políticas deixa a posição extrema brasileira em 2017 bem clara. Mesmo países que passaram recentemente por renúncias, impeachment ou renovação políticas marcadas como Peru, África do Sul e México encontram tons mais escuros de aprovação. Os dados mostram que não há diferenças significativas por gênero neste tema. A evolução da aprovação destas mesmas lideranças pode ser visualizada nos gráficos 9 a 12 e no link.

Brasil (2017)	Aprova (População Total)	Desaprova (População Total)	Aprova (Homem)	Desaprova (Homem)	Aprova (Mulher)	Desaprova (Mulher)
	11	86	11	87	11	86

Fonte: FGV Social a partir dos microdados do Gallup World Poll

APROVAÇÃO - LIDERANÇAS				
Brasil	2011	2013	2015	2017
	55 %	37 %	15 %	11 %
Mundo	2011	2013	2015	2017
	48 %	41 %	51 %	55 %

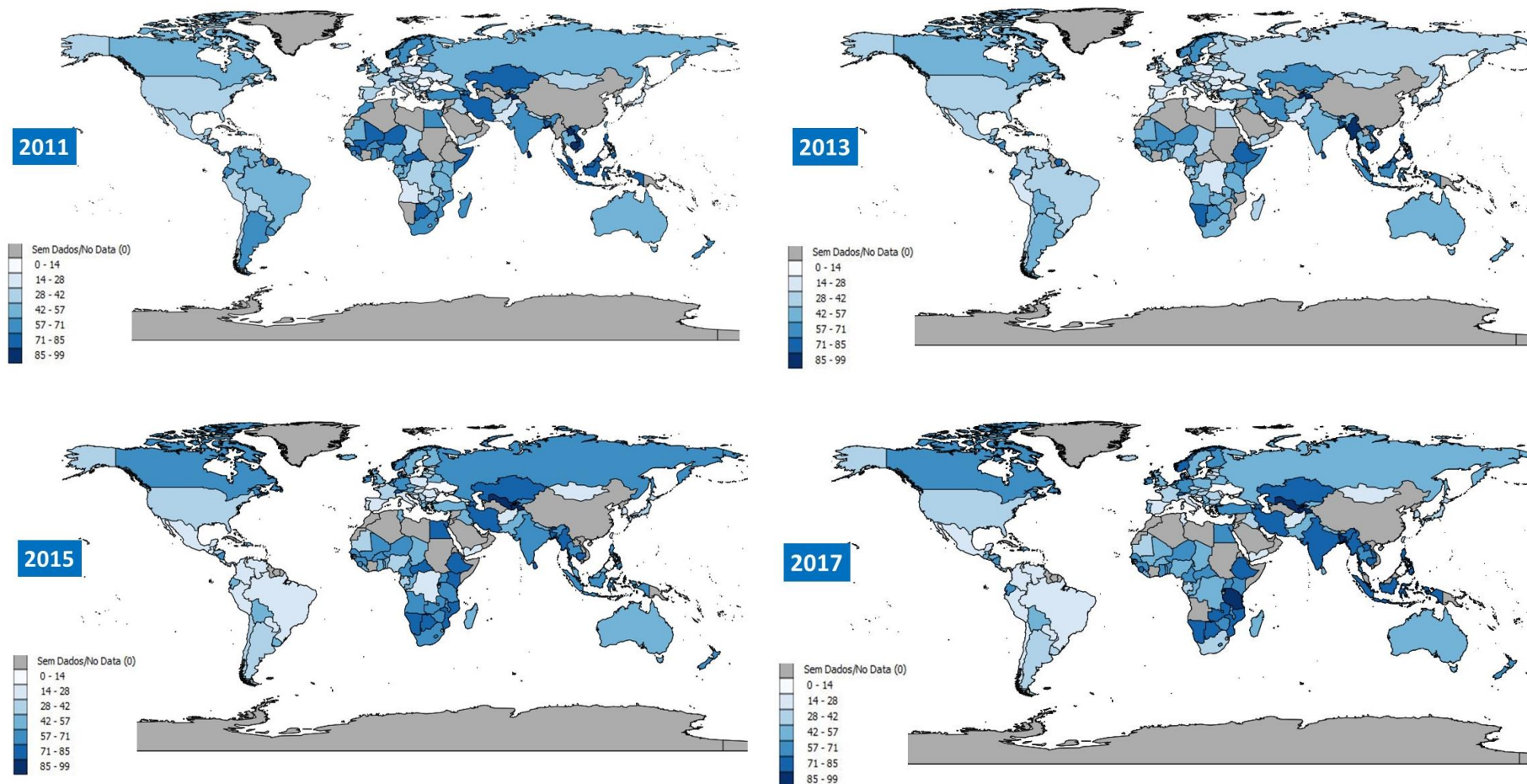
Fonte: FGV Social a partir dos microdados do Gallup World Poll

A aprovação das lideranças políticas no Brasil cai de 55% em 2011 para 37% em 2013, depois chega a 15% em 2015 e finalmente atinge 11% em 2017. No mundo há uma tendência em sentido inverso com alguma oscilação no começo da série de 48% em 2011 para 41% em 2013 quando ocorrem episódios em diversos países tais como a “Primavera Árabe” e “Ocupem Wall Street” mas depois sobe para 51% em 2015 e para 55% em 2017. Coincidentemente o valor final da série global coincide com o valor inicial da série brasileira. Por sua vez, no ano final de 2017 a aprovação das lideranças políticas em escala global é cinco vezes maior que a brasileira. O leitor pode sobrevoar as camadas do mapa mundi ao longo dos anos no link: <https://cps.fgv.br/aprovacao-lideranca-mapa-mundi>

Gráfico 8

(%) Aprovação – Lideranças Políticas – 2011/2013/2015/2017

<https://cps.fgv.br/aprovacao-lideranca-mapa-mundi>

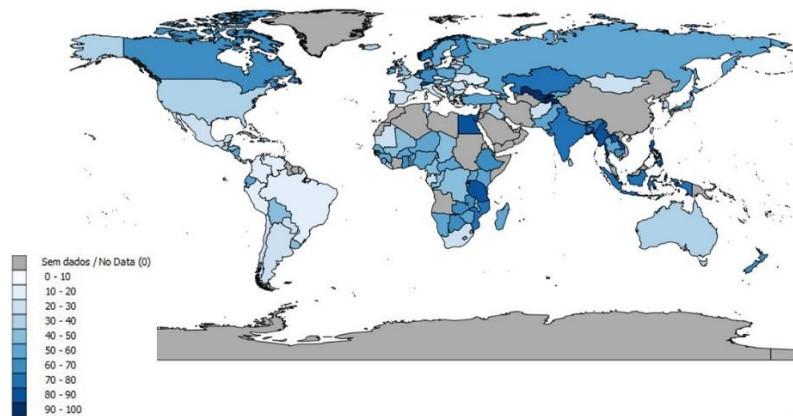


Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do Gallup World Poll

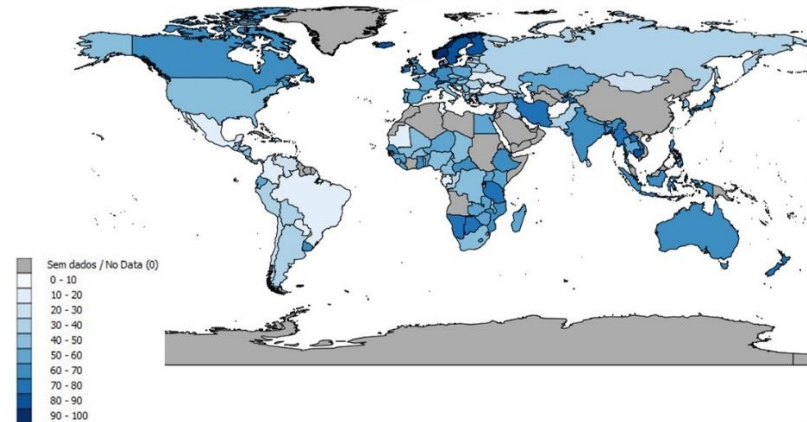
Gráfico 9

Percentual (%) - Percepções em 2017

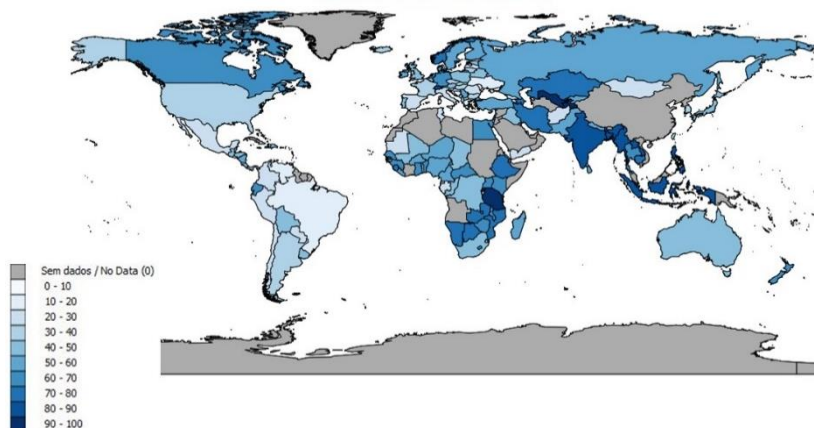
Aprovam as Lideranças Políticas.



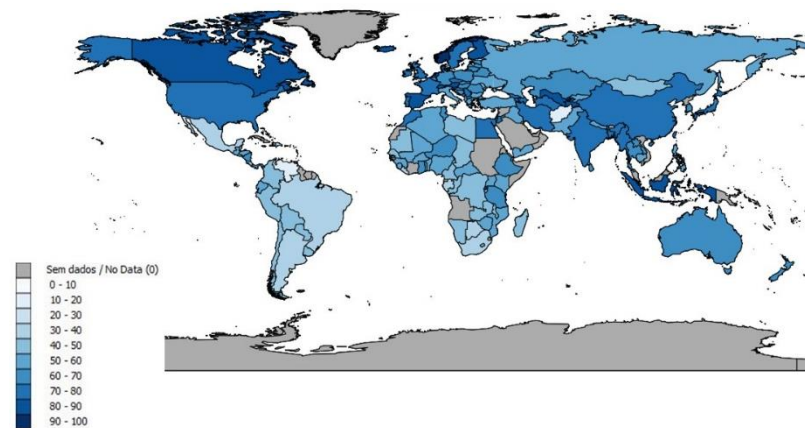
Acreditam que a eleição é honesta.



Confiam no Governo Federal



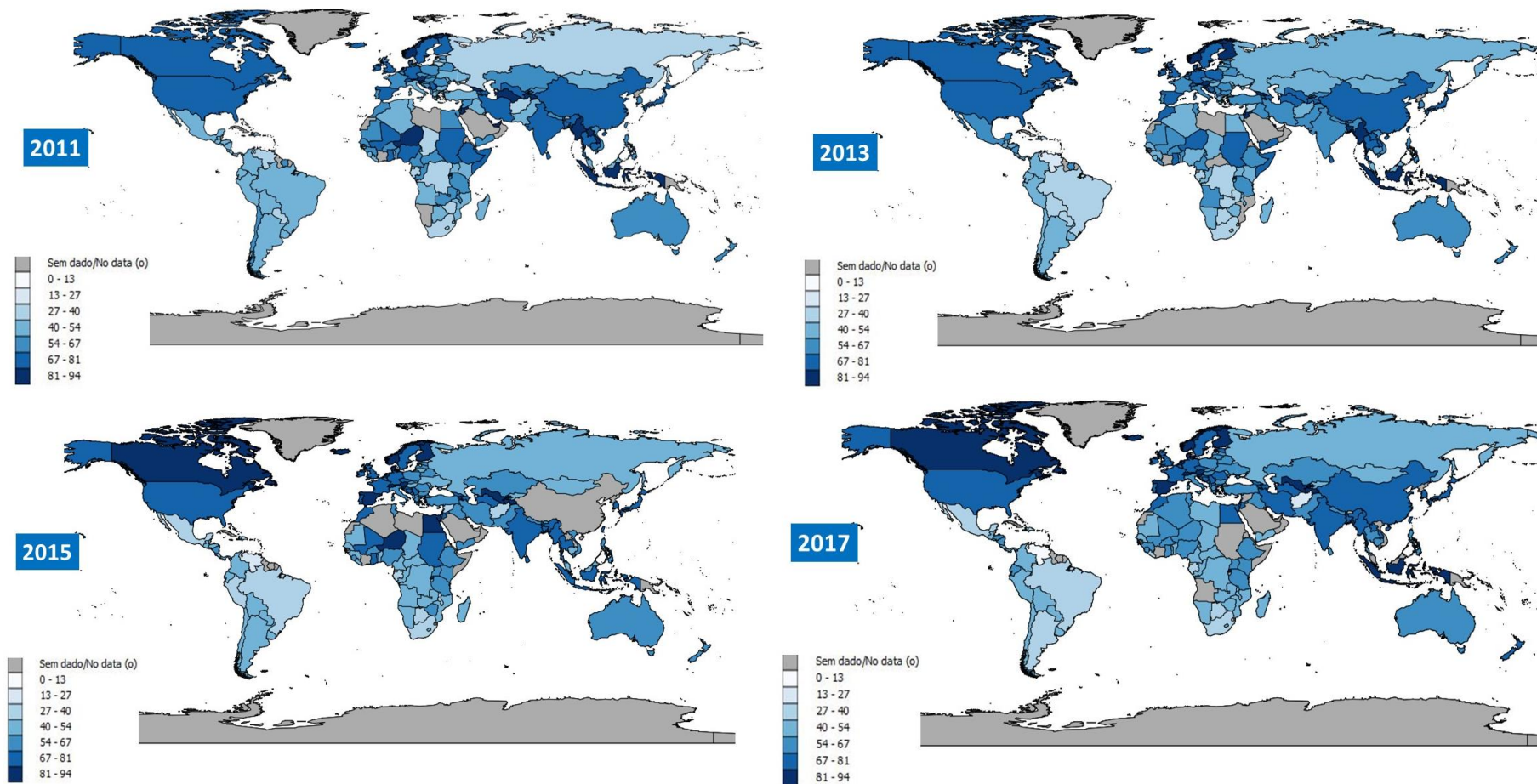
Se sentem seguras em andar sozinhas à noite nas ruas da vizinhança.



Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do Gallup World Poll

Gráfico 10

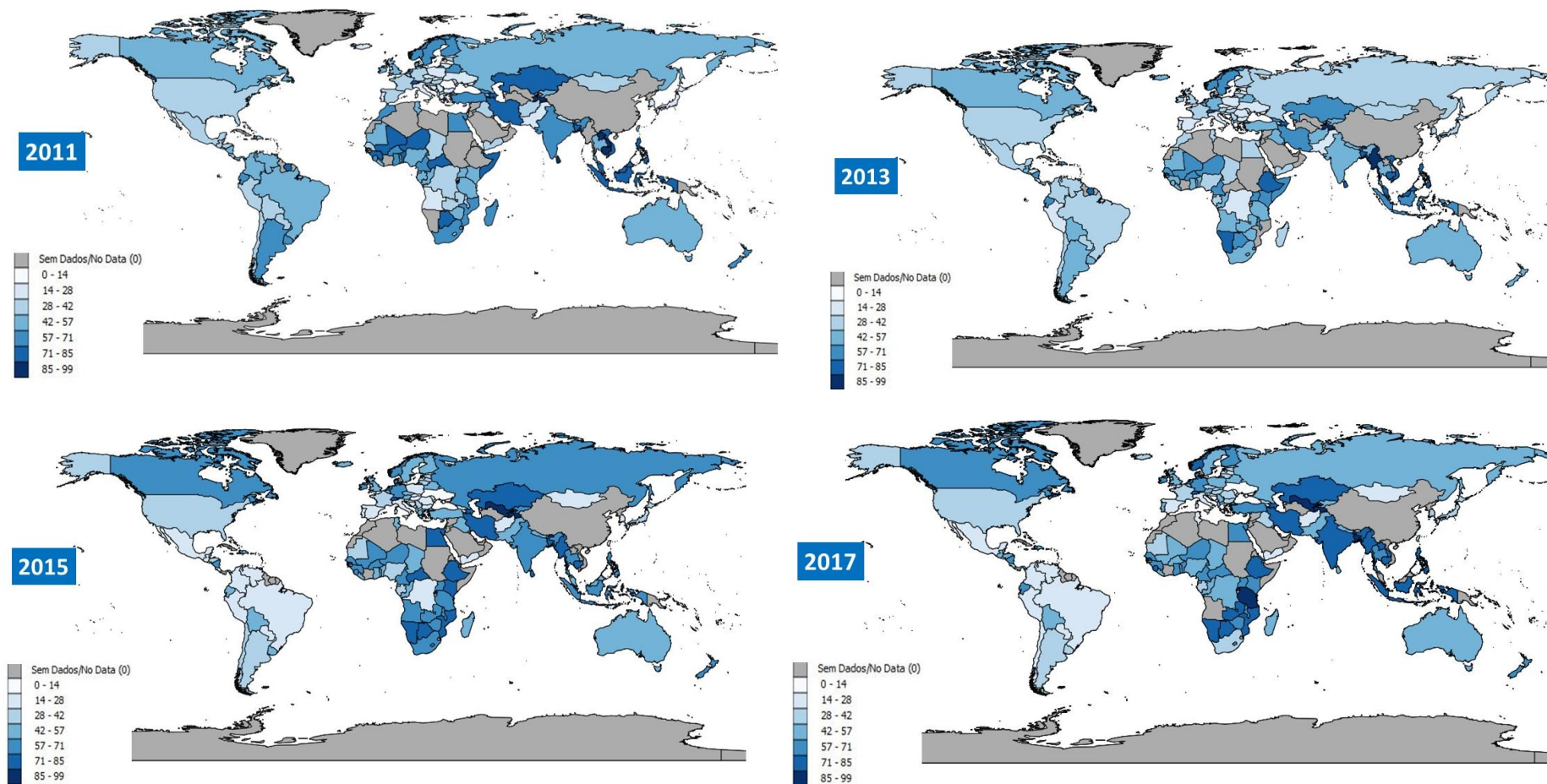
Percentual (%) das pessoas que se sentem seguras em andar sozinhas à noite nas ruas da vizinhança - 2011 / 2013 / 2015 / 2017



Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do Gallup World Poll

Gráfico 11

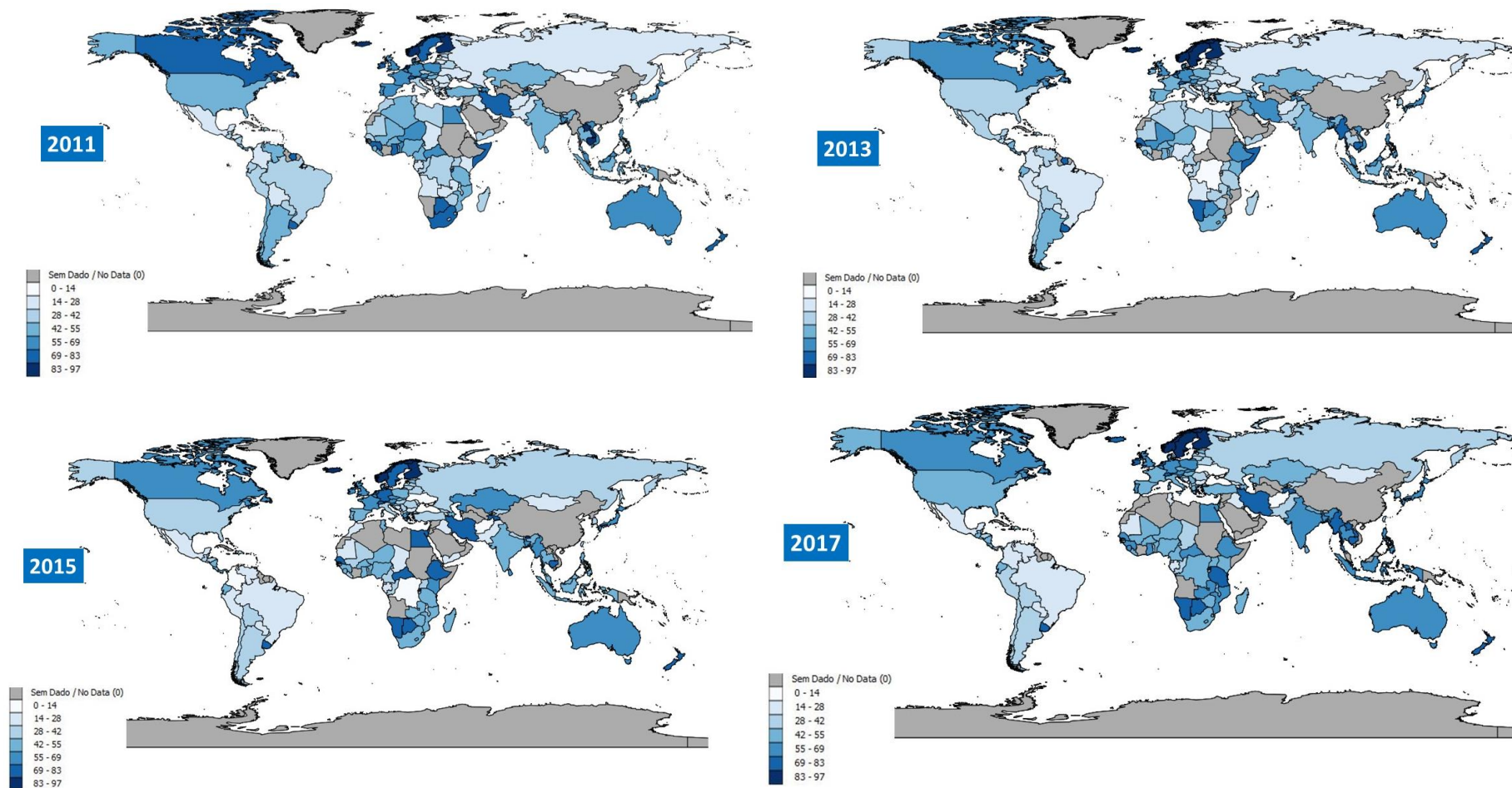
Percentual (%) das pessoas que confiam no Governo Federal - 2011 / 2013 / 2015 / 2017



Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do Gallup World Poll

Gráfico 12

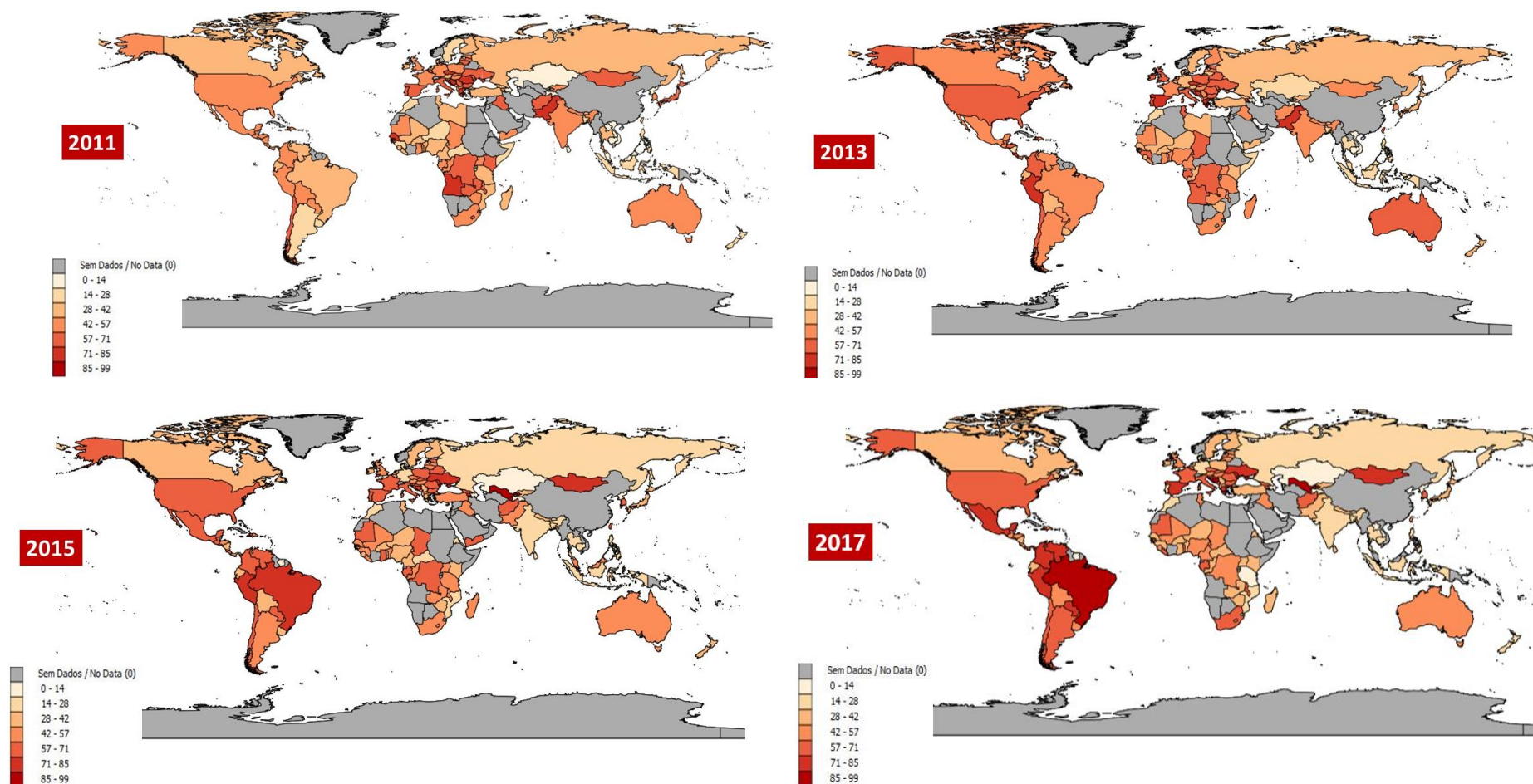
Percentual (%) de pessoas que acreditam que a eleição é honesta - 2011 / 2013 / 2015 / 2017



Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do Gallup World Poll

Gráfico 13

(%) Desaprovação – Lideranças Políticas - 2011 / 2013 / 2015 / 2017



Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do Gallup World Poll

Classe Média Hiperraivosa

Realizamos uma comparação para 2017 do meio da distribuição de renda brasileira (renda entre os percentis 40% e 60%) com o total (entre parênteses). 73% (68%) se sentem inseguros em andar a noite na área de moradia; só 12% (14%) acreditam na honestidade das eleições, 86% (82%) não confiam no Governo Federal e 87% (86%) desaprovam a liderança política brasileira. A análise restrita aos grupos medianos revela que os valores brasileiros correspondem aos mais altos valores entre todos os 124 países analisados. A exceção é o medo de violência onde o Brasil cai para terceiro lugar entre os 124 países atrás da Venezuela (81%) e do Afeganistão (76%) entre todos os grupos medianos. Ou seja, a classe média brasileira apresenta sentimentos piores que outras classes médias mundo afora.

Desconfio de muita coisa

Em 2017, 52% dos brasileiros confiavam nas instituições militares o que corresponde a 112ª posição de maior confiança entre 132 países enquanto que a média mundial é de 80%. Entretanto, 17% dos brasileiros dizem confiar no governo federal, 36% nas instituições financeiras e 43% na polícia. Ou seja, a confiança relativa nos militares, em detrimento, das demais instituições é elevado.

Felicidade tupiniquim

Numa escala de 0 a 10 o brasileiro deu uma nota média 6.3 a sua satisfação presente com a vida. Em 2013 esta nota era 7.1. Como visto acima, quando perguntado sobre a confiança no governo e nas eleições, a nota é bem mais baixa e cadente. Temos a penúltima posição no ranking mundial nestes quesitos. Em suma, apesar da felicidade de cada um ter diminuído, a felicidade geral da nação teve uma queda muito maior. Isso sugere que em alguns casos o todo pode ser menor que a soma entre as partes.

Em suma, o levantamento mostra uma deterioração sem paralelo da confiança do brasileiro nas lideranças políticas (1ª pior em 2017), no governo federal (2ª pior em 2017), no sistema eleitoral (2ª pior em 2017) e medo de violência (2ª pior em 2017). Agora o brasileiro ainda se mantém relativamente positivo sobre a sua satisfação com a vida individual. Neri (2013) mostra com outras variáveis que este tipo de resultado era observado no contexto brasileiro mas aparentemente se exacerbou nos últimos anos.

5. As Manifestações de 2013

Como vimos no final da seção 3 e na seção 4, as manifestações de junho de 2013 antecederam um período de forte mudança na crença do brasileiro sobre o sistema político e as eleições. Vale a pena detalhar o perfil de insatisfação do brasileiro a partir de seu posicionamento em relação ao evento a partir de pesquisa de campo⁵. Em agosto de 2013, 3,5% da população tinha participado diretamente das manifestações, 24,4% não tinha participado mas gostaria de ter participado das manifestações e outros 45,8% aprovavam as manifestações. Somando os três grupos chegamos a $\frac{3}{4}$ da população apoiando os protestos em diferentes graus. Nove meses depois, isto é, em maio de 2014, esta proporção de apoiadores havia caído para 54%, ainda assim a maioria da população. As três principais razões alegadas para o engajamento nas manifestações foram: nenhuma razão específica 29,23%, melhoria na saúde 29,19% e o combate a corrupção 24%.

Dados de renda familiar mostram que a renda dos 3,5% que foram as ruas era 64,7% maior do que o outro extremo que desaprovava as manifestações. Já esta razão para a proporção de indivíduos com nível superior completo ou incompleto era 420% maior em favor dos manifestantes.

A fim de delinear melhor o perfil dos manifestantes, estimamos um modelo logístico multinomial com as quatro categorias de postura em relação as manifestações. O aspecto que nos interessa mais aqui é a ordem de seleção de variáveis para mapear a sequência dos principais determinantes do grau de adesão às manifestações. A primeira variável selecionada sobre a probabilidade do indivíduo se aderir as manifestações foi o uso da internet como principal fonte de informação (1ª variável) - apontamos a ordem das diferentes variáveis do modelo entre parênteses. Há uma aparente difusão de novas tecnologias que favorecem a mobilização da população tal como observado em outros episódios como a Primavera Árabe, o Ocupem Wall Street e, mais recentemente, o movimento dos caminhoneiros no Brasil. O diferencial destes movimentos não está no grau de efervescência do mundo virtual, mas na interconexão deste com as ruas.

⁵ A pesquisa contempla inicialmente 3880 entrevistas realizadas na população com 15 anos ou mais em 215 cidades brasileiras em abril de 2013. Posteriormente as mesmas pessoas foram pesquisadas em Agosto de 2013 já com informações sobre as manifestações e posteriormente em maio de 2014 de forma a captar as mudanças de prazo mais longo. A inclusão de perguntas subjetivas e o aspecto longitudinal são os principais diferenciais do levantamento. Neri e Schiavinatto (2014) oferecem alguns exemplos desta linha subjetiva.

Tabela 1 - Logit Multinomial Stepwise - Ordem de Importância das Variáveis Explicativas:

Ordem Variáveis		Coeficiente	p-valor	Razão de Chances
1	<i>Internet principal fonte de informação</i>	<i>0,9893</i>	<i><,0001</i>	<i>2,69</i>
2	<i>Nordeste</i>	<i>-0,736</i>	<i><,0001</i>	<i>0,48</i>
3	<i>Chefe ou Cônjuge</i>	<i>-0,4172</i>	<i>0,0015</i>	<i>0,66</i>
4	<i>Trabalha</i>	<i>0,2441</i>	<i>0,009</i>	<i>1,28</i>
5	<i>Renda dos mais pobres melhorou mais</i>	<i>0,3431</i>	<i>0,0001</i>	<i>1,41</i>
6	<i>Atrasou Pagamento de Contas Públicas</i>	<i>0,2371</i>	<i>0,009</i>	<i>1,27</i>
7	<i>15-29 anos de idade</i>	<i>0,7224</i>	<i><,0001</i>	<i>2,06</i>
8	<i>30-59 anos de idade</i>	<i>0,3755</i>	<i>0,0019</i>	<i>1,46</i>
9	<i>É Contra o Bolsa Família</i>	<i>0,2638</i>	<i>0,0124</i>	<i>1,30</i>
10	<i>Tem Plano de Saúde Privado</i>	<i>0,192</i>	<i>0,0404</i>	<i>1,21</i>
11	<i>Cidade Sede da Copa das Confederações</i>	<i>0,443</i>	<i>0,0027</i>	<i>1,56</i>
12	<i>Centro-Oeste</i>	<i>-0,4422</i>	<i>0,0555</i>	<i>0,64</i>
13	<i>Usa ônibus + de 3 vezes por semana</i>	<i>0,2249</i>	<i>0,0464</i>	<i>1,25</i>

Fonte: microdados SIPS/IPEA

População 15 anos ou +. 3880 Observações em 215 cidades representativas do Brasil

As variáveis Nordeste (2ª variável) e se é pessoa de referência ou cônjuge (3ª variável) aparecem em seguida, mas com sinal negativo indicando menor adesão aos protestos por esses segmentos, uma vez controlada pelos demais termos da regressão. A variável indicativa de que a pessoa trabalha (4ª variável) sugere que, ao contrário do Ocupem Wall Street, as manifestações de Junho não seriam um movimento de desempregados, até porque a taxa de desemprego se encontrava num ponto baixo da série histórica brasileira na época das manifestações.

Uma variável indicativa de que as pessoas achavam que a renda dos mais pobres cresceu mais que a sua (5ª variável) aponta para maior adesão as manifestações. Assim como a variável número nove, que indicava que a pessoa era contra o programa Bolsa Família. Estas duas variáveis sugerem a percepção de elementos associados à redistribuição ocorrida e ao seu principal instrumento como estimulantes da probabilidade de um indivíduo ir para a rua. Variáveis indicativas de posse de plano de saúde privado (10ª variável) e de dificuldade de pagar contas de serviço público (6ª variável) consolidam a impressão de que a predisposição a manifestações atingiu mais segmentos de renda mais alta que perderam em termos relativos no período anterior aos protestos.

Conforme esperado, os mais jovens (15 a 29 anos (7ª variável) e 30 a 59 (8ª variável)) participaram mais dos protestos. Assim como as cidades sede da Copa das Confederações,

(11ª variável) que receberam recursos federais para a construção de estádios e projetos de infraestrutura, em particular de mobilidade. Finalmente, a variável indicativa de se a pessoa usava ônibus mais de três vezes por semana aparece como a 13ª variável a entrar no modelo. O reajuste das tarifas de transporte público foi o gatilho inicial das jornadas de junho de 2013.

Fato é que desde a promulgação da Constituição de 1988, a carga tributária bruta como proporção do PIB passou de 22,4% para 34% em 2013 (Afonso, 2016), enquanto segundo o Ministério da Fazenda a proporção de gastos primários do governo central sobe de 10,8% em 1991 para 19,7% em 2016. Porém, a qualidade dos serviços públicos não acompanhou o crescimento da arrecadação ou dos gastos, gerando insatisfação com os resultados obtidos e nutrindo um sentimento de descrença junto ao sistema político nacional. Pode-se argumentar que as Jornadas de Junho eram de difícil previsão - quem, de fato, poderia afirmar que elas iriam acontecer em Junho de 2013? Mas pelo menos, a posteriori, não se pode dizer que seriam inesperadas, visto o grau de insatisfação que os dados subjetivos analisados já mostravam no período anterior às manifestações. Mas não é só, uma vasta gama de dados subjetivos aponta na mesma direção. A participação de pessoas satisfeitas com o sistema educacional cai de 57% em 2010 para 50% em 2013. Já no sistema de saúde a queda é de 41% em 2010 para 28% em 2013. Esta insatisfação sugere a necessidade de melhoramentos na eficiência do Estado brasileiro.

6. Conclusão

O Brasil apresenta um desempenho social com uma tendência ascendente depois da Constituição de 1988, comparado tanto com a sua História pretérita como com as mudanças observadas em termos globais. Por exemplo, com redução de pobreza acumulada de 73%, acima da formidável queda média global do período de 70%. Ao contrário da maior parte dos países do mundo, há redução na desigualdade de renda aqui. Além de mudanças distributivas de uma marcada evolução de todos os componentes do desenvolvimento humano brasileiro, leia-se expectativa de vida, educação e na renda. No caso do primeiro indicador houve um ganho de um ano de esperança de vida ao nascer a cada três anos. Este avanço social ocorreu sem que produzisse mudanças nas regras da previdência implicando em deterioração fiscal crescente. Concomitantemente, a recuperação de parte do atraso secular dos anos de estudo da população brasileira ocorreu sem que houvesse avanços da produtividade do trabalho. Similarmente, o maior ganho

das remunerações individuais do trabalho na base da distribuição não foi fundamentado em ganhos de produtividade. Tudo se passa como se a melhoria social observada não fosse acompanhada de mudanças econômicas à altura que oferecessem sustentação a longo prazo.

Nossa cronologia das principais transformações brasileiras nos 25 anos antes da Constituição de 1988 foi a volta lenta e gradual ao regime democrático representado pelas eleições diretas para presidente e pela própria promulgação da Constituição em 1988. Nos 25 anos depois da Constituição houve a estabilização da inflação acompanhada de progressos na educação e na saúde, seguidas de uma redução da desigualdade de renda. Todas estas conquistas foram colocadas em xeque nos últimos anos, a começar pelo funcionamento da democracia. A descrença na honestidade das eleições e a falta de confiança no governo federal se encontram hoje em seus recordes históricos, refletindo uma reação da população aos escândalos de corrupção. A deterioração destes indicadores de percepção da qualidade da democracia e da governança pública ocorreu a partir de 2013, embora a rigor a queda na qualidade percebida dos serviços de educação e de saúde viesse desde 2010. Fatos que sugerem uma necessidade de mudanças de gestão.

Neste ponto ressaltamos resultados de pesquisa de campo sobre as razões das manifestações de 2013 que marcariam o principal ponto de transição depois da Constituição de 1988. Três pontos chamam a atenção. Em primeiro lugar, embora as causas para as manifestações apareçam de forma difusa na principal alegação apresentada: não tenho nenhuma motivação particular (29,23%), o tema corrupção aparece em terceiro lugar com 24% das múltiplas alegações apresentadas logo depois de serviços de saúde (29,19%). Em segundo lugar, na análise dos determinantes objetivos da adesão às manifestações aparece um certo cansaço em relação as mudanças distributivas prévias, captadas pela maior adesão às manifestações por grupos que acham que os mais pobres tiveram avanços maiores que os seus e por aqueles que se declararam contra o programa Bolsa Família, o programa de social com maior proximidade aos mais pobres. Em terceiro lugar, a importância do uso da internet como veículo difusor de insatisfação, tal como observado em outros episódios como a Primavera Árabe e o movimento Ocupem Wall Street. Isto sugere que a difusão de novas tecnologias mudou a forma e o grau de mobilização, não apenas no mundo virtual como também na interface com as ruas. De maneira geral, a grande marca do período de manifestações de 2013 e do período posterior foi a descrença quanto ao processo político, este que talvez tenha sido a grande marca da Constituição de 1988.

Referencias:

- Afonso, J.R. et. al. *Desempenho Recente da Arrecadação Tributária*; FGV IBRE, 2017
- Alvarez, J.; Benguria, F.; Engbom, N.; and Moser, C. *Firms and the Decline of earnings Inequality in Brazil*, Working Paper, 2017.
- Campello, T; Neri. M (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. 1ed.Brasília: IPEA, 2013, v. 01, 494p.
- Deaton, A. *The great escape: health, wealth and the origins of inequality*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2013.
- Fujiwara, T. *Voting Technology, Political Responsiveness, and Infant Health: Evidence From Brazil*. *Econometrica*, vol. 83, p. 423-464, March 2015
- Giannetti, E.; “*Ou nós brasileiros nos unimos ou naufragamos*”; Revista IstoÉ; Junho de 2018
- Kakwani, N.; Neri, M.C.; Son, H. *Linkages between pro-poor growth, social programs and the labor market: The recent Brazilian experience*. *World Development*, 2010.
- Milanovic, B. *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016.
- Neri, M. *Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas*. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, 2003 (304 p.).
- Neri, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011. 312 p.
- Neri, M.C. *A Next Generation of Conditional Cash Transfer programs in Brazilian Journal of Public Administration (RAP) - Special Issue on Public Policies on Fighting Poverty*. Peci, A.; Neri, M. C.. 168-191, ed. Rio de Janeiro/RJ: , 2017. v. 01. 329p .
- Neri, M. . *As Novas Transformações Brasileiras*. In: João Paulo dos Reis Velloso. (Org.). *Desacorrentando Prometeu - Um Novo Brasil: Brasil das Reformas e das Oportunidades*. 1ed.Rio de Janeiro: INAE, 2014, v. 1, p. 49-92.
- Neri, M.C. ; *Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda ?*; FGV Social – https://cps.fgv.br/Pobreza_Desigualdade - Pesquisa de Setembro/2018 - Site acessado em 17/10/2018
- Neri, M.. Schiavinatto. F. (Org.). *SIPS 2014: percepções da população sobre políticas públicas*. 1ed.Brasília: IPEA, 2014, v. 1, (488 p.).
- Piketty, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014